

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de Estado, governo e administração, julgue os itens a seguir.

- 51** A administração é o aparelhamento do Estado preordenado à realização dos seus serviços, com vistas à satisfação das necessidades coletivas.
- 52** A tripartição de funções é absoluta no âmbito do aparelho do Estado.
- 53** Ao julgar os crimes de responsabilidade do presidente da República, o Senado Federal exerce função judicante.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 54** A competência administrativa não constitui requisito de ordem pública.
- 55** A invalidação de atos administrativos ampliativos de direitos dos administrados somente poderá ocorrer como consequência de um processo administrativo.
- 56** É de cinco anos o prazo decadencial para a administração pleitear o ressarcimento de valor indevidamente pago aos servidores públicos.
- 57** A presunção de legitimidade não é atributo típico do ato administrativo, já que esse ato poderá ser questionado judicialmente.
- 58** A imperatividade, atributo decorrente do poder extroverso, é a qualidade pela qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua aquiescência.

Mediante portaria ministerial, um ministro de Estado determinou a demissão de um funcionário do cargo de servidor público, com restrição do seu retorno ao serviço público federal, devido ao fato de este ter praticado ato de improbidade administrativa e ter-se valido do cargo para lograr proveito pessoal.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 59** A desinvestidura, forçada ou voluntária, afasta o dever da autoridade pública de apurar supostos ilícitos administrativos cometidos por aquele que já foi investido no cargo público e não o é mais, quer por *sponte propria*, quer por força do poder disciplinar exercido pelo Estado-administração.
- 60** O fato de a administração pública ter lançado mão de dados de ação penal instaurada para apurar as condutas do servidor configura segunda punição baseada no mesmo processo.
- 61** Não gera nulidade do ato administrativo o fato de o servidor processado, apesar de intimado, não se fazer acompanhar por advogado no momento do seu interrogatório.
- 62** Caso o presidente da comissão processante tenha participado de outro processo administrativo instaurado contra o mesmo servidor que tenha sido posteriormente anulado por cerceamento de defesa, deverá ser determinada, segundo entendimento dominante, a sua suspeição, uma vez que houve vício apto a determinar a nulidade do ato demissório e do processo administrativo.

Julgue os próximos itens, relativos ao direito administrativo.

- 63** A atividade administrativa centralizada é exercida pelo próprio Estado, que atua por meio de seus órgãos.
- 64** Os atos administrativos eminentemente discricionários não se sujeitam ao controle judicial.
- 65** A pretensão de ressarcimento de danos causados ao erário por atos de improbidade administrativa é imprescritível.
- 66** São imprescritíveis as ações de reparação de dano promovidas contra o Estado, caso o dano resulte de motivação política.
- 67** O controle administrativo decorre do poder-dever de autotutela que a administração dispõe sobre os seus próprios atos e agentes.
- 68** No Brasil, não se conhece o controle externo popular da administração pública.
- 69** As empresas públicas têm personalidade de direito privado; suas atividades são regidas pelos preceitos comerciais, mas seu capital é exclusivamente público.

A respeito da responsabilidade civil da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 70** Considere que um paciente internado em hospital público tenha falecido após ter se jogado pela janela. Nessa situação, a responsabilidade do Estado será objetiva, por omissão.
- 71** A responsabilidade do Estado será objetiva caso um sargento da polícia militar estadual utilizando arma da corporação, em dia de folga, efetue disparos contra um desafeto, gerando lesões graves, utilizando uma arma da corporação.
- 72** A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço prestado.

Acerca do uso e abuso do poder, julgue os itens seguintes.

- 73** A inércia da autoridade administrativa, caracterizada pela falta de execução de determinada prestação de serviço que por lei está obrigada a cumprir, constitui abuso de poder.
- 74** O abuso do poder se configura apenas quando a autoridade pratica o ato, embora não possua competência para tal.

Com relação às improbidades administrativas, julgue os próximos itens.

- 75** Um servidor público que tenha por obrigação legal o dever de prestar contas, mas não o cumpra, poderá ter os seus direitos políticos suspensos.
- 76** As sanções penais, civis e administrativas não podem ser aplicadas de forma cumulativa em caso de cometimento de improbidade administrativa, pois haveria a punição em dobro pelo mesmo fato.

Julgue os itens a seguir, relativos aos serviços públicos.

- 77** Os serviços públicos propriamente estatais são indelegáveis e só podem ser remunerados por taxa.
- 78** As permissões de serviços públicos são espécies de contrato administrativo e estão sujeitas às cláusulas exorbitantes peculiares a esses contratos.
- 79** A exploração dos serviços locais de gás canalizado é um serviço público de competência dos municípios.

A respeito da organização administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 80** Caso entidade da administração distribua competências, no âmbito de sua própria estrutura, com a finalidade de tornar mais ágil a prestação do serviço, ocorrerá desconcentração.
- 81** As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e podem ser constituídas sob qualquer forma jurídica.
- 82** As empresas públicas exploradoras da atividade econômica não estão sujeitas à responsabilidade civil objetiva.
- 83** Considere que o Estado tenha criado uma entidade e a ela tenha transferido, por lei, determinado serviço público. Nesse caso, ocorreu descentralização por meio de delegação.

No que se refere a controle e responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

- 84** O Poder Judiciário pode revogar um ato praticado pelo Poder Executivo, desde que entenda que o ato é ilegal.
- 85** A Câmara Legislativa do Distrito Federal possui competência para julgar suas próprias contas.
- 86** Um juiz que determina a anulação de um ato emanado do prefeito de um município estará exercendo o controle externo.

Acerca das constituições e das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 87** As normas constitucionais programáticas não geram direitos subjetivos positivos, tampouco direitos subjetivos negativos.
- 88** Do reconhecimento do caráter jurídico das normas constitucionais decore a aplicabilidade direta e imediata da constituição às situações que contempla, inclusive no que se refere à proteção e à promoção dos direitos fundamentais.
- 89** As normas programáticas são normas de eficácia contida, com aplicabilidade direta, imediata e possivelmente não integral.
- 90** As normas constitucionais de eficácia absoluta são as normas intangíveis, nas quais não há o poder de emenda.

No que se refere a direitos e garantias fundamentais; direitos sociais, políticos e de nacionalidade; e direitos e deveres individuais e coletivos, julgue os itens seguintes. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que for utilizada, se refere a Constituição Federal de 1988.

- 91** Consoante o princípio do acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, todos os seres humanos têm direito à vida e, em caso de adoecimento, a receber tratamento condigno, de acordo com o estado atual da medicina, independentemente de sua situação econômica.
- 92** De acordo com o princípio da relatividade ou convivência das liberdades públicas, os direitos e garantias fundamentais consagrados na CF não são ilimitados, visto que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela CF.
- 93** Em nenhuma hipótese, é admitida pela CF a pena de morte, a qual sequer poderá ser objeto de emenda, dada a existência de cláusula pétrea nesse sentido.
- 94** O princípio do devido processo legal, incorporado pela CF, origina-se da Magna Carta de 1215 e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo as quais, todo homem acusado da prática de ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada, de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- 95** Os direitos políticos constituem um conjunto de regras que disciplinam as formas de atuação da soberania popular e são um desdobramento do princípio democrático, segundo o qual, todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos.

Com relação à organização político-administrativa do Estado e à administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 96** Os estados-membros se auto-organizam por meio do exercício de seu poder constituinte derivado-decorrente, mas não estão obrigados a observar os princípios federais extensíveis.
- 97** A divisão político-administrativa interna da Federação brasileira é imutável.
- 98** Pelo princípio da isonomia federativa, é vedado à União, aos estados-membros, ao Distrito Federal (DF) e aos municípios criar distinções entre os brasileiros, bem como criar preferências entre si.
- 99** A CF não consagrou o princípio da indissolubilidade do Estado federal.

No que diz respeito aos poderes do Estado e às funções essenciais da justiça, julgue os próximos itens.

- 100** Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas apresentadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo federal.
- 101** Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) são de livre nomeação do presidente da República, após aprovação por maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
- 102** A acumulação das funções de chefe de Estado e de chefe de governo pelo presidente da República é uma das características do sistema presidencialista de governo adotado pela República Federativa do Brasil.
- 103** Compete ao presidente da República a concessão de indulto, bem como a comutação de penas e o exercício do comando supremo das Forças Armadas.
- 104** No âmbito federal brasileiro, o Poder Legislativo é bicameral, ao passo que, no âmbito estadual, distrital e municipal, consagra-se o unicameralismo.

A respeito das disposições constitucionais sobre o Poder Executivo, julgue os itens que se seguem.

- 105** O presidente da República, durante o seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- 106** É crime de responsabilidade o ato do presidente da República que atente contra a lei orçamentária.
- 107** Admitida a acusação contra o presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento, nas infrações penais comuns, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No que tange ao estatuto constitucional do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

- 108** O processo legislativo compreende a elaboração, entre outros atos normativos, das leis delegadas, das resoluções e das medidas provisórias.
- 109** Proposta de emenda constitucional será votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, sendo considerada aprovada se obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos respectivos parlamentares.
- 110** A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados e do DF, eleitos segundo o princípio majoritário.

Com base nas normas constitucionais relativas ao Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- 111** Lei complementar, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- 112** O STF e o STJ possuem jurisdição em todo o território nacional.
- 113** São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, a Defensoria Pública da União e a dos estados.
- 114** O Ministério da Justiça tem natureza jurídica de órgão do Poder Judiciário e subordina-se apenas ao STF.

No tocante ao Ministério Público (MP), julgue os itens subsequentes.

- 115** É função institucional do MP, prevista expressamente na CF, a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- 116** O procurador-geral da República poderá ser exonerado pelo presidente da República nos casos de conveniência e oportunidade.
- 117** São princípios institucionais do MP a unidade, a divisibilidade e a dependência funcional.
- 118** É vedado aos membros do MP o exercício da advocacia, inclusive em causa própria.

Considerando as disposições pertinentes à advocacia pública e à defensoria pública, julgue os próximos itens.

- 119** A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa, judicial e extrajudicialmente, a União, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- 120** A defensoria pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, tem por competência a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

O Sistema Único de Saúde (SUS) instituiu uma política pública de saúde que visa à integralidade, à universalidade, à busca da equidade e à incorporação de novas tecnologias, saberes e práticas. Esse sistema, que é uma marcha processual e social, ainda é uma reforma incompleta na saúde, encontrando-se em pleno curso de mudanças. Portanto, ainda estão em debate as formas de organização do sistema, dos serviços e do trabalho em saúde, que definem, entre outros aspectos, os modos de se produzir saúde e onde serão investidos os recursos recebidos. Diante disso, muitos desafios para a produção de saúde permanecem, especialmente em um país como o Brasil, com profundas desigualdades socioeconômicas; são vários os desafios, tais como a ampliação do acesso com qualidade aos serviços e aos bens de saúde e a ampliação do processo de corresponsabilidade entre trabalhadores, gestores e usuários nos processos de gerir e de cuidar. A esses problemas acrescentam-se outros, associados às relações de trabalho no âmbito da saúde, aos processos de educação permanente em saúde desses trabalhadores e à pouca participação deles na gestão dos serviços de saúde e à sua frágil vinculação com os usuários.

O cenário acima descrito indica a necessidade de mudanças e, para promovê-las, criaram-se, no SUS, políticas que se propõem a vencer os referidos desafios. Nesse sentido, destacam-se a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no SUS (HumanizaSUS), a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e o Pacto pela Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. - 4. ed. - Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008. 72 p. : il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que responda, necessariamente, aos seguintes questionamentos.

- ▶ O que é o HumanizaSUS e quais são os seus princípios? [valor: 5,00 pontos]
- ▶ O que é, para o SUS, a educação permanente dos trabalhadores? [valor: 4,50 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos